



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680462 - MG (2021/0220895-8)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : THIAGO ANTUNES MANSUR PANTUZZO  
**ADVOGADO** : THIAGO ANTUNES MANSUR PANTUZZO - MG129333  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : MARCO PAULO FERNANDES TRINDADE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCO PAULO FERNANDES TRINDADE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.111770-0/000).

Inferre-se dos autos que a "prisão em flagrante, ocorrida em 16/06/2021, foi convertida em preventiva pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Montes Claros, no bojo de expediente em que se apura seu suposto envolvimento no crime de uso de documento falso" (fl. 86).

O impetrante sustenta que a prisão deve ser relaxada, pois "É que está claro nos autos que houve flagrante preparado" (fl. 4). Agrega alegação de que a preventiva não apresenta fundamentação idônea e que a segregação se mostra desproporcional a pena que eventualmente estaria submetido o paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogação da prisão ou a fixação de medida cautelar diversa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que tese acerca de suposto flagrante forjado é, em regra, insuscetível de aferição em sede de *habeas corpus*, o que torna ainda mais inadequada sua avaliação no regime de plantão judicial.

A propósito, veja-se precedente desta Corte:

2. Na hipótese, reconhecer tratar-se de flagrante forjado, requer o aprofundado reexame de fatos e provas, providência incabível na estreita via do habeas corpus. Precedentes. (HC 623.404/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 25/06/2021.)

Outrossim, o histórico criminal – "Marcos Paulo já ostenta condenação criminal transitada em julgado pela prática do mesmo crime ora tratado, qual seja, uso de documento falso, bem como já foi autuado em oportunidades pretéritas pela suposta prática de delitos de uso de documento falso, estelionato e falsidade ideológica" (fl. 90) – é fundamento idôneo à segregação cautelar, o que afasta a plausibilidade da liminar no plantão.

A propósito, citam-se:

3. Inexiste constrangimento ilegal quando a prisão preventiva se encontra fundada nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente para a garantia da ordem pública, diante do histórico criminal do agente.

4. No caso, há registro de outros episódios da mesma espécie praticados pelo réu, pois foi possível identificar pelo menos uma ação penal que o recorrente responde pelo mesmo delito, na qual foi decretada e mantida a segregação processual. (AgRg no HC n. 558.913/GO, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 3/6/2020.)

3. No caso dos autos, a prisão preventiva foi devidamente fundamentada na necessidade de se resguardar a ordem pública, em face da periculosidade do recorrente, pois inserido na senda criminosa, evidência que se denota pelos registros em seu histórico criminal, estando foragido do sistema prisional, de modo que a medida se destina a evitar a reiteração delitiva. (RHC n. 102.093/PB, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 23/8/2019.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente